O DESAFIO DA PRÁTICA DE INCLUSÃO NO COTIDIANO EDUCACIONAL

IDELSON ALVES JUNIOR

RESUMO:

O trabalho apresenta uma transcrição de documentos oficiais sobre a necessidade da ação dos agentes escolares em uma proposta que contempla também a inclusão em seu currículo. O trabalho enfoca a importância da equipe gestora, no planejamento e condução das ações das unidades escolares voltadas para uma escola acolhedora, receptiva e inclusiva, preocupada com indicadores de qualidade, mas também comprometida com a realidade e necessidade de seus estudantes e de todo o público daquela comunidade, sempre preocupada em oferecer mecanismos que venham atender as necessidades de todos. É sabido que a educação inclusiva é um grande desafio e cada dia mais vem desafiando o modelo tradicional das nossas escolas e professores, é preciso agora, resiliência para nos adaptarmos as novas realidades e demandas impostas no nosso dia a dia. A escola precisa assegurar o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), que regulamenta dois princípios básicos a serem observados para que a gestão organize a efetiva inclusão. É da Gestão Educacional em conjunto com a comunidade escolar, preocupada com a inclusão social e com a transformação da uma escola inclusiva que contribui para a formação do global do indivíduo ajudando-o a compreender a sua realidade e a refletir sobre ela. Ao professor, cabe promover a integração dos grupos, a partir da conscientização e aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através de cooperação. Uma nova necessidade, chamada Educação Inclusiva, mostra que é necessário que todos busquem reciclagem e capacitação a fim de estarmos preparados para respondermos a esta nova demanda, num ambiente cada vez menos restritivo e comprometido com a transformação escolar e social. Portanto podemos entender como inclusão social, a necessidade de todos buscarem formas de oferecer de forma igualitária as oportunidades, de forma que os portadores de deficiência não continuem sendo excluídos da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão educacional – inclusão - portador de deficiência.

ABSTRACT: This research seeks to present what the official documents say about the relationship between the school management and the proposed educational inclusion. The study addresses the role of the educational manager of a school concerned with the quality of education and in fact committed to the community and its needs. We know that inclusive education is one of the new challenges facing the school management, in the face of new demands that the school faces in the context of a democratic society that turns quickly. The school needs to ensure that the law says Directives and Bases of National Education (9394/96), which regulates two basic principles to be observed that management organizes the effective inclusion. Is Educational Management in conjunction with the school community, concerned with social inclusion and the transformation of an inclusive school which contributes to the formation of the individual's overall helping to understand their reality and reflect on it. The teacher must encourage the integration of groups, from the awareness and acceptance of individual differences, valuing each person living within human diversity and learning through cooperation. The new strand, Inclusive Education, reveals that everyone can learn, just that for this, they are given the appropriate conditions, in an increasingly restrictive and less committed to the educational and social transformation. From this context we define, for social inclusion, the process by which society and the disabled seek to adapt to each other with a view to equalization of opportunities and, consequently, an egalitarian society.

KEY-WORDS: Education Management - inclusion - the disabled.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais é necessário que os horizontes escolares sejam ampliados e que sua organização seja profissionalizada e que cada um ocupe conscientemente seu lugar com responsabilidade e compromisso cumprindo, assim o papel social da escola.

Se os educadores desejam uma transformação social é necessário que exista paixão pela educação, pelo aprimoramento contínuo, pela constante reinvenção da ação, lutas diárias e esperança constante, além do amor. De acordo com Freire (1994, p.65):

É preciso, contudo que esse amor seja, na verdade um amor armado, um amor brigão de quem se afirma no direito ou no dever de ter o direito de lutar, de denunciar, de anunciar. É essa a forma de amar indispensável ao educador progressista e que precisa ser aprendida e vivida por nós.

O espaço educacional é um bem público e deve ser ocupado por toda a comunidade onde está inserido, e todos devem tê-lo como extensão de suas casas, lugar de res-

gate de cidadania, lugar de formação de cidadãos críticos e preparados para a vida em sociedade.

É dada a escola o dever de incluir a todos, acolher e preparar cidadãos para enfrentar um futuro que depende cada dia mais de formação intelectual e profissional, portanto a escola deve ser o berço da formação do cidadão.

Deve ser no papel da Escola Inclusiva que assume a necessidade real e urgente da inclusão social de todos, que se deve dar o princípio do resgate da cidadania, da participação comunitária na gestão dessa escola para que a mesma possa atender a todos os anseios dessa comunidade onde está inserida.

É no papel do Gestor, e que deve ser qualificado para liderar os rumos que a Escola deve tomar em participação com o Conselho Escolar, que se concentram as grandes responsabilidades pelo sucesso da instituição, para tanto se faz necessário uma tomada de consciência dos deveres diante da administração, honestidade e transparência devem ser pontos prioritários que o mesmo tenha a função de acolher a comunidade e que essa se empenhe na empreitada da gestão democrática e participativa que hoje é uma necessidade emergente.

Há diferentes dificuldades de aprendizagem que interferem no processo de ensino-aprendizagem da criança ou adolescente, nenhuma delas é única e imutável. Toda dificuldade requer um estudo que permita ao educador detectar de maneira eficaz os problemas de aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade para os envolvidos.

Isso nos faz pensar que uma gestão eficaz possibilitará que as ações e questões da unidade escolar sejam elas todas direcionadas para a garantia da democracia e igualdade social, isso se faz no dia a dia, bem como em projetos e ações mais ousadas, seja o que for o principal é garantir que o objetivo principal ocorra e que não haja espaço para práticas antigas que segregam aqueles que já são privados de algumas possibilidades.

A escola inclusiva é acolhedora e aberta a todos, ali todos os atores envolvidos, pais, estudantes, professores e gestores tem um único objetivo que é garantir a inclusão de todos, há também que se buscar as entidades do bairro para que estejam atentas a outras políticas públicas que levem este olhar além dos muros da escola.

Os estudantes com necessidades especiais necessitam de um tratamento personalizado, todavia inclusivo sem que exclua ou produza ações que segregam. Da mesma forma, um novo olhar em considerar o papel da escola na produção do fracasso escolar e no encaminhamento de alunos para atendimentos especializados, dentre outras medidas comumente adotadas na prática pedagógica. Um exemplo preocupante do desvio dessas práticas é o encaminhamento indevido e a permanência de alunos em classes especiais como resultado da ineficiência escolar.

Os estudantes portadores do TDAH, muitas vezes, apresentam uma defasagem com relação ao aprendizado de conteúdos teóricos, quando comparada com as de outras crianças da sua turma, devido à desatenção, falta de autocontrole características de tal transtorno. Assim, a ação educativa exige uma maior compreensão a respeito desse transtorno, TDAH, e uma sensibilidade para lidar com as características e variáveis individuais apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

Ao tratar com um portador de TDAH, tanto o gestor como o professor podem focalizar dificuldades específicas da criança ou adolescente, em termos das habilidades sociais, criando um espaço para desenvolvê-las por meio da interação em atividades lúdicas.

Tanto a equipe gestora, quanto os professores e profissionais de educação, devem se responsabilizar para que a unidade escolar seja um ambiente acolhedor e inclusive, de forma a proporcionar condições de troca de experiências e vivencias de todos naquele mesmo espaço. A equipe gestora deve garantir condições favoráveis e cobrar posições e projetos que favoreçam este espaço acolhedor, envolvendo também a comunidade escolar que pode e deve contribuir com seus valores e agregar importancia neste processo de acolhimento.

A presença de alunos PNEE na escola regular pressupõe uma escola aberta, que responda às necessidades de todos os alunos que chegam ao ambiente escolar com diferentes interesses, motivações e habilidades. Então, as interações estabelecidas precisam estar cada vez mais próximas e integradas ao conhecimento do aluno e aos desafios que o contexto lhe propõe, a fim de que ambientes de construção de aprendizagens sejam oportunizados, incitando e possibilitando o pensar.

2. Desenvolvimento

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A equipe gestora é fundamental para garantir que a inclusão ocorra na escola, é ela quem norteia os demais membros da equipe para que não haja quaisquer tipos de discriminação ou segregação daqueles que necessitam de atenção redobrada, é a equipe gestora que deve garantir que cada necessidade seja alcançada, através da sala de recursos e atividades direcionadas a este público alvo.

O primeiro passo é construir uma

comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro passo envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto passo abrange a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida.

A equipe gestora deve fomentar as adequações necessárias do sistema em todos os níveis, cabe a equipe gestora ser a facilitadora para que todas as adequações sejam implementadas, em todos os níveis do ambiente escolar, seja uma adequação física, com uma obra civil, assim como propostas pedagógicas inclusivas.

(SAGE, 1999, p.135) mostra que nas escolas, o excesso de ações burocráticas, reduz o tempo que as equipes poderiam se dedicar às atividades de Ensino-aprendizagem, buscando sempre o aperfeiçoamento da equipe, de forma a estar adequada para as necessidades de todos os estudantes.

O gestor escolar pode colaborar com o estabelecimento da colaboração, no ambiente escolar, com o aprimoramento do contato e da interação entre os professores e demais funcionários.

Acredita-se que a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais é um procedimento de grande complexidade uma vez que estão envolvidos, a família, a escola, a sociedade e o próprio sujeito a ser incluído. Uma pessoa não pode ser aceita apenas enquanto se encontre na escola, quando está resguardado.

Souza (2002) afirma no ambiente escolar, as crianças convivem juntas e não se dão conta das diferenças, ou porque passam despercebidas ou pelo fato de aceitarem essas diferenças. À proporção que evoluem e se desenvolvem, as crianças descobrem as diferenças do outro, ou são despertadas para o diferente pelos adultos, tornando a convivência menos natural.

Sassaki (1997, p.41) o conceito de inclusão:

[...] um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida [...].

Para Monteiro (2004) a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, necessita não só que a matricula do aluno seja realizada ou da sua constância física junto com aqueles alunos tidos como normais, mas da oportunidade de serem pesquisadas as concepções e paradigmas, respeitando as diferenças, a fim de se aprender a conviver com as mesmas, o que é uma das maiores problemáticas da humanidade. O autor ainda afirma que, para aceitar e conviver com as diferenças e as necessidades especiais, é necessária uma mudança no olhar da escola, pensando não só na adequação do aluno, mas na adaptação do contexto escolar aos alunos, desfazer barreiras humanas e arquitetônicas, em prol da criação de novos conceitos, buscando novos sentidos, ressignificando e reconstruindo a aprendizagem e, consequentemente, o desenvolvimento humano.

Ercolin (2003) é enfático ao apontar que ao se falar em inclusão nas escolas, são imprescindíveis que sejam estabelecidas leis que deem respaldo a todos a quem de direito. Contudo, o gestor deve receber uma formação adequada para que a inclusão aconteça de fato.

De acordo com Oliveira (2002) apesar da inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais predomina o discurso na Educação Especial no mundo todo, com direcionamento de programas e políticas educacionais e de reabilitação, essas pessoas, mesmo aquelas inseridas no sistema regular de ensino ou no mercado de trabalho, continuam, na grande maioria dos casos socialmente distanciados dos seus colegas não portadores de necessidades especiais.

Souza (2002) comenta que a inclusão escolar só tem significado se refletirmos no ser enquanto social, no papel do homem ativo, participante e integrado socialmente. A inclusão social, responsável e comprometida é, sem dúvida, decorrente da função maior da educação bem desempenhada, não importando se o educando requer atenção particularizada. Essa é a condição para a adequada integração de novos membros à sociedade.

O processo de integração dos portadores de necessidades especiais na escola, no processo individual de construção de seu conhecimento, na sociedade, na construção coletiva da cultura e de todo processo sócio-histórico exige cautela, ponderação, conscientização, competência e, principalmente, o desejo social de um mundo mais respeitoso às desigualdades. Somente a conscientização e a disposição das pessoas é que poderão efetivamente melhorar nossa condição de cidadãos.

Para Hoffmann (2004) é insuficiente que sejam oferecidas escolas para to-

dos, incluir não é apenas isso, é primordial que o sentido de "todos" não perca a extensão da individualidade, e que, a escola possa oferecer às crianças e aos jovens o necessário e todas as oportunidades de abraçar a cidadania plena pelo respeito e pela aprendizagem.

Lima (2001, p. 37) esclarece, ainda, que é essencialmente necessário e importante o processo de identificação das necessidades educacionais especiais. Se não houver esse processo de identificação com o cuidado necessário, a fim de promover adaptações curriculares, a seleção dos materiais educativos de apoio e a escolha das estratégias metodológicas e didáticas podem não ser correspondentes ao que de fato o aluno necessita. Para bem atender a esses casos de educação especial, uma ação inicial de docentes em Escolas Especiais deve estar pautada em ajustes necessários relacionados à realização das suas práticas escolares.

O processo inclusivo não pode ser considerado algo inadequado e for a de questão, assim como não podemos considerer que uma condição de deficiencia inviabilize a Convivencia é o acesso aos aparelhos publicos existentes e que devem ser utilizados por todos, sem exclusão.

É preciso cuidado e atenção para não tornarmos as nossas ações impeditivas da inclusividade de todos, incluir não é um gesto de bondade é um direito daquela que não tem inclusão é consequência de uma escola de qualidade, capaz de perceber cada aluno como um enigma a ser desvendado. No que se refere à escola, a inclusão de portadores de necessidades especiais depende de sua integração escolar, e esta não pode ser uma iniciativa apenas de educadores especializados. Deve haver o compromisso de todos os educadores, caso contrário, poder-se-á integrar o portador de necessidades especiais apenas ao convívio com outros alunos, sem que ocorra a verdadeira inclusão da qual resultarão os ganhos pretendidos; estarão muito mais evidenciados os estigmas que denigrem a autoestima do aluno (SOUZA, 2002).

Para Monteiro (2004), a educação inclusiva deve assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e até substituir os serviços educacionais comuns, garantindo o atendimento às diferenças dentro da diversidade humana. Diz ainda a autora, que o compromisso dos educadores deve ser garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Incluir é enxergar cada estudante como um individuo dotado de todos os direitos e aí fazer tudo o que for possível para que aquele estudante possa acessar a escola e seus saberes, e principalmente que a responsabilidade para garantir este direito não é apenas da equipe gestora ou daquele professional especializado, mas de todos que ali convivem e participam. A inclusão é consequência de uma escola de qualidade, capaz de perceber cada aluno como um enigma a ser desvendado. No que se refere à escola, a inclusão de portadores de necessidades especiais depende de sua integração escolar, e esta não pode ser uma iniciativa apenas de educadores especializados. Deve haver o compromisso de todos os educadores, caso contrário, poder-se-á integrar o portador de necessidades especiais apenas ao convívio com outros alunos, sem que ocorra a verdadeira inclusão da qual resultarão os ganhos pretendidos; estarão muito mais evidenciados os estigmas que denigrem a autoestima do aluno (SOUZA, 2002).

A Escola inclusiva

Carneiro (2004) fundamenta sua ideia de escola inclusiva, como uma escola que visa possibilidade de que todas as pessoas participem igualmente das oportunidades oferecidas pela escola. E que todas as pessoas sejam respeitadas nesse ambiente escolar pelo que são como seres humanos, não importando suas diferenças, seu sexo, idade, origens étnicas, opção sexual ou suas deficiências.

De acordo com Salamanca (1994):

[...] o princípio fundamental subjacente à definição e desenvolvimento de escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com toda a comunidade. (Declaração de Salamanca, 1994, p.7).

Entretanto, para que estes alunos possam desfrutar de modo pleno seus direitos de acesso ao conhecimento, o contexto escolar deve se moldar, a fim de poder responder, com ajustamentos e qualidade, às necessidades de cada aluno.

Para atender a essa clientela e às suas necessidades, a escola regular precisa promover as modificações que forem necessárias.

Segundo Mantoan (2002) uma escola se diferencia de outra pela qualidade no ensino que oferece, sendo capaz de formar obedecendo a padrões exigidos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, promovendo a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas constantes no currículo,

entre a escola e a comunidade em seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar que rege essa escola.

Definimos a qualidade no ensino pautando critérios do trabalho pedagógico que sugerem a formação de redes de saberes e de relações, e que se desenrolam por alamedas surpreendentes para alcançar o conhecimento.

A função social da escola deliberada na Constituição Federal (1988) expressa o direito de todos à educação clarificando que esse direito tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa feita, o essencial da gestão é asseverar uma educação de qualidade para todos, considerando que a qualidade na educação é a promoção para todos do acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas e ao atendimento educacional especializado quando necessário.

Entretanto para Salete (2008), a edificação de um sistema educacional inclusivo de fato, ou seja, um sistema educacional que zele e responda adequadamente e de forma competente às peculiaridades de cada um de seus alunos, incluindo as necessidades educacionais especiais, depende da concretização de ajustes e mudanças em todas as instâncias do sistema educacional, o que significa envolvimento ativo e ações afirmativas em todos os níveis do sistema: político, administrativo e técnico-científico. Isto deixa claro que não é somente o professor o responsável pela construção de um sistema educacional inclusivo, uma vez que ações essenciais são necessárias por parte dos gestores da Educação.

Estas ações são fundamentais e antecedem, na realidade, as ações do professor, já que envolve tomada de decisões também político-administrativas e o gerenciamento da verba pública recebida.

Assim concorda-se com Oliveira (2002), quando o autor aponta que debater sobre educação no nosso século sugere uma atitude crítica frente aos excessos da sociedade do conhecimento e que muitas vezes, desumaniza, desvaloriza o ser humano. Precisa-se enfatizar o valor da educação frente aos desafios e incertezas de nosso tempo. Assim, pensar em educação inclusiva é um dos nossos novos e grandes desafios, e cuja probabilidade de sua prática bem-sucedida está no seio da nossa sociedade.

A nova concepção de escola, como socializadora e educadora que beneficie o desenvolvimento dos alunos, respeitando suas características e seu meio social é uma escola que retrate um mundo inclusivo, onde todos têm oportunidades e direitos de ser e estar, de forma integral e ativa. Para que a inclusão e integração das pessoas portadoras de necessidades especiais aconteçam verdadeiramente, é necessário que a mesma se dê em três âmbitos: político, cultural e social (SOUZA, 2002).

É imprescindível que os princípios, políticas e práticas educativas promovam a educação para todos, através da educação inclusiva. Essa composição educacional de sustentáculo social deve afinar-se a todos os alunos independentemente das suas condições físicas, sociais, étnicas, religiosas, linguísticas, relacionais e outras, que aceite as diferenças, que dê suporte às aprendizagens, proporcionando uma educação diferenciada que responda às necessidades individuais deixando assim, de ser institucionalmente segregadora. Esse é o modelo da educação que reconhece, portanto, o direito de todos os alunos a aprenderem e estarem juntos, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentam (COSTA et. al., 2000).

Uma escola bem equipada e preparada com uma boa qualidade para seus alunos estará adequada a acolher a todos, inclusive aos portadores de necessidades especiais. O convívio com a diversidade será benéfico para todos, uma vez que todos estarão mais aptos a viver em harmonia, nesta época em que os valores humanos perderam o significado. O convívio na diversidade da sala de aula fará com que a criança habituada a conviver com as diferenças, leve essas experiências adquiridas com a vivência para suas vidas profissionais (ERCOLIN, 2003).

Segundo Mantoan (2005), para haver um projeto escolar inclusivo são necessárias modificações nas propostas educacionais da maioria das escolas de nosso país, onde se faz necessário uma nova organização curricular idealizada e executada por todos os que estão interessados pela educação na comunidade onde está a escola. Para a autora, a escola inclusiva é caracterizada por ter a progressão no ensino de forma sincrônica e aparelhada em ciclos de formação e de desenvolvimento, e não serial e linear comum nas escolas regulares.

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos destaca-se a necessidade de um modelo que garantisse a escolarização satisfatória de toda a população infantil.

A implementação de softwares específicos e adaptados, podem contribuir para o desenvolvimento do estudante com necessidades especiais, podendo agregar tanto na parte motora, assim como em outros aspectos cognitivos e que contribuem para a aprendizagem, como a percepção, a lógica, a associação e assim por diante.

O currículo também vem se adaptando de forma que a necessidade dos estudantes portadores de deficiência seja percebido como parte integrante da aprendizagem e do dia a dia dos professores.

Estudantes com necessidades especiais, não podem ser colocados de lado, da mesma forma que os outros devem ter atividades, ainda que adaptadas às suas necessidades, contudo se for possível, a adaptação é apenas da atividade devendo ser ministrado o mesmo conteúdo, no mesmo nível que os demais estudantes da turma, é a busca de se oferecer a todos uma mesma educação e oportunizar todos da mesma forma.

A aquisição de conhecimento não é apenas uma simples questão de instrução formal e retórica. O conteúdo do ensino deve atender às necessidades dos indivíduos, com o objetivo de torná-los aptos a participar plenamente no desenvolvimento. O ensino deve ser relacionado às próprias experiências dos alunos e com seus interesses concretos, para que assim se sintam mais motivados.

O grande desafio que se impõe à escola hoje é o de localizar maneiras de dar respostas efetivas às necessidades educacionais de uma população escolar cada vez mais heterogênea e diversificada, de construir uma escola efetivamente inclusiva, uma escola que aceite e acolha a todos e os trate de forma diferenciada de maneira a suprir todas as necessidades encontradas. Essa filosofia organizacional pautada nas bases da inclusão, integração e participação deve ser complementada com medidas paralelas e auxiliares nos setores da saúde, segurança social, formação profissional e no emprego.

Assim sendo, tal transformação sugeri a adoção de perspectivas comunitárias que sinalizem para o aumento das redes de arrimo social que dinamizem a participação ativa das famílias, que movimentem a comunidade educativa, a comunidade em geral, os meios de comunicação, na promoção de atitudes positivas específicas na sociedade em geral, e na escola particularmente. Isso implica em investimentos em benefício da infraestrutura escolar, no alargamento da rede, na formação do corpo docente, na transformação dos currículos, na unificação dos estudos, na ampliação da escolaridade obrigatória. (COSTA et. al., 2000).

Conforme Freitas (2002), uma escola para todos somente se tornará realidade quando a escola for além de um local apenas de aprendizagem, um local de conscientização e de luta contra as desigualdades sociais.

Segundo Salete (2008) um modelo de escola inclusiva deve seguir os parâmetros abaixo relacionados:

(1) Número de alunos por sala. As teorias recomendam um número máximo de 25 alunos, para uma sala inclusiva, sendo que destes, no máximo 02 alunos apresentem necessidades educacionais especiais, entretanto, não é uma regra fixa, pois configurações diferentes desta também têm sido experimentadas e ser bem sucedida, mas para que aconteça uma inclusão de um número maior de alunos com necessidades educacionais especiais há que se ter uma escola estruturada capaz de suprir todas as necessidades dessas crianças e de bem promover a aprendizagem.

(2) A criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar constando de:

* Adaptação do espaço físico;

* Aquisição de mobiliário, equipamento, recurso material e didático específico necessário, para que possa facilitar o processo de aprendizagem, bem como a adaptação dos materiais de uso comum para atender a todos sem distinção;

* Capacitação do corpo docente com formações específicas e continuadas, bem como orientação e capacitação de todos os que lidam diretamente com os alunos no ambiente escolar;

* A concretização de ações que garantam a interdisciplinaridade, no trato temático, e a transetorialidade, na atenção ao aluno.

Pela Declaração de Salamanca, (Espanha, 1994), temos alguns tópicos a serem seguidos pela inclusão nas escolas:

- Todo estudante tem o direito fundamental à educação, e a ela deve ser garantida a todos de forma a oportunizar o atingimento e manutenção das aprendizagens.

- Todo estudante é único, cada um possuí as suas características, cada um traz consigo os seus saberes, cada um traz uma habilidade e cada um terá necessidades diferentes.

- Toda e qualquer ação no Sistema educacional deveria ser concebido tendo em vista as várias características dos vários tipos de estudantes e suas realidades.

- Estudantes com necessidades especiais tem o direito de frequentar a escola regular, a escolas devem receber este estudante e se adequarem de forma a promover a sua aprendizagem da mesma forma que faz com os demais estudantes.

- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Vale lembrar que, também as creches e escolas de educação infantil, que têm como função cuidar e educar devem

acolher sem discriminação as crianças, desde zero ano de idade (segundo a LDBEN artigo 58 e a Lei 7.853/89).

Mantoan (2003, p.53) afirma que semelhante a outros países, no Brasil, para muitas crianças o único lugar onde se tem acesso a conhecimentos básicos e mínimos necessários para viver em uma sociedade globalizada, é na escola. Para grande parte dos alunos com baixo poder aquisitivo, no Brasil, que por muitos anos sofreram com a marginalização, outrora por parte dos colonizadores, agora pelo poder do capital, a escola torna-se a única oportunidade de se conseguir as condições fundamentais para se desenvolverem e se tornarem de fato cidadãos, para adquirirem identidade sociocultural que irá proporcionar uma vida digna, livre e feliz.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa conclui-se que é necessário que os contextos familiar e escolar trabalhem juntos, rejeitando a estagnação das crianças e adolescentes, reagindo empaticamente diante de suas dificuldades e mantendo uma atitude de permanente fortalecimento daqueles que demonstram ter talentos especiais.

Os estudantes devem que ser desafiados, o desafio pode levar o ensino a níveis mais elevados e consequentemente obter-se melhores resultados, o professor deve levar em consideração os limites de cada um e explorar convenientemente todas as possibilidades. Não é que temos que achar normal um baixo desempenho nas notas, mas devemos observar outras formas de aprendizagem, até porque estamos diante de um novo cenário educacional que requer praticas diferenciadas.

Crianças e/ou adolescentes com comportamentos exagerados de inquietude, distração, desorganização, esquecimento e impulsividade não podem simplesmente ser consideradas como preguiçosas, irresponsáveis, rebeldes e desinteressadas pelos estudos.

O Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade, TDAH como é conhecido, é um problema de saúde mental que merece atenção especial de todos os profissionais da educação, visto sua prevalência cada vez mais frequente no âmbito escolar; e para garantir o sucesso no processo ensino-aprendizagem destes portadores. Todos que se preocupam com o desenvolvimento da aprendizagem se inquietam ao se deparar com crianças e adolescentes com TDAH. E dessa forma, é fundamental investigar e buscar informações sobre o transtorno, e principalmente, encontrar novas ferramentas que sejam adequadas para as intervenções psicopedagógicas e pedagógicas.

O sistema escolar deve se organizar de tal forma que minimize as experiências de fracasso, de rejeição e exclusão dos alunos que sofrem de necessidades especiais. Assim, é fundamental que os gestores, professores e pais estejam informados e atentos às futuras considerações sobre o assunto, para garantia do bem-estar e o desenvolvimento emocional e social das crianças e adolescentes que apresentam dificuldade de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: transformação social ou retórica. In: BLEGER, J. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BRASIL. Declaração de Salamanca. Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. 1997.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, 1990.

_____.Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.

_____.Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades especiais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Parecer n.º 17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CONDEMARÍN, M.; GOROSTEGUI, M.E.; MILICIC, N. Transtorno do déficit de atenção: estratégias, diagnóstico e intervenção. São Paulo. Ed. Planeta do Brasil, 2006.

DELORS, Jacques (org.). Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

ESTEVE, José M., Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio (org.). Profissão professor. Porto: Porto, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. (org.) Autonomia da escola: princípios e propostas. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

HOFFMANN, J. M. L. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2004.

STAINBACK, W. & STAINBACK, S. Fundamentos do ensino inclusivo. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999

LIMA, L.C. A escola como organização educativa; São Paulo; Cortez; 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. São Paulo. Cortez. 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Compreendendo a deficiência mental: novos Caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

_____.Inclusão Escolar: o que é? Por quê?Como fazer? São Paulo, Moderna, 2003.

_____. Integração x inclusão – educação para todos. Pátio. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

MATTOS, P. No mundo da Lua: Perguntas e respostas sobre transtorno do déficit de atenção hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos. São Paulo. Lemos Editorial, 2006.

PAÍN, S. Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre. Artes Médicas, 1985.

SACRISTÁN, J.G.; GÓMEZ, A.I.P. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre. Artmed, 1998.

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Org.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

TOPCZEWSKI, A. Hiperatividade: como lidar? São Paulo. Casa do Psicólogo, 1999.

ZAGURY, T. Limites sem trauma: construindo cidadãos. Rio de Janeiro. Record, 2004.